

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • novembro de 2014



CNM ESTÁ NO PACTO DA BOA GOVERNANÇA

Nesta edição:

- CNM defende Nordeste no Grupo de Trabalho da crise hídrica
- Empresas são parceiras no desenvolvimento dos Municípios
- Implantação do Urbem: solução para modernizar administrações

Gestão

CNM assina Pacto de Boa Go

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) assinou a *Carta de Brasília pela Boa Governança*. A entidade foi parceira do Tribunal de Contas da União (TCU), que promoveu o *Seminário Pacto pela Boa Governança: um retrato do Brasil*. O evento ocorreu no dia 17 de novembro, no Museu Nacional. Na ocasião, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, foi um dos convidados para debater a Previdência Social, um dos itens prioritários para se fazer um bom governo, segundo o TCU.

Em uma espécie de *talk show* sobre Previdência, Ziulkoski enalteceu o evento. “Os Municípios passam a fazer parte de debates e isso é importante na condição de entes consagrados com autonomia”. Questionado sobre os destinos do setor, o presidente da CNM explicou que a preocupação dos prefeitos é a dívida previdenciária. “Os Municípios devem hoje R\$ 62 bilhões. Estamos na oitava Medida Provisória que parcelada os débitos. Quando precisa da Certidão Negativa de Débitos, a prefeitura, às vezes, paga a União o que não deve. Nós também temos um dinheiro grande para receber, mas a União não paga. Ao contrário, retém do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] aquilo que eles dizem que devemos”.

Na opinião de Ziulkoski, os fundos previdenciários devem ser mais bem fiscalizados, pois “vemos uma destruição de fundos saudáveis”. Ele esclareceu que a CNM sempre defendeu a adoção do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pela economia que representa aos cofres municipais. Ao final da participação, Ziulkoski fez alertas além do setor previdenciário. Falou das dificuldades na manutenção de creches, programas subfinanciados e pagamento de pisos salariais. “Como vamos fazer boa governança? Não tem como, porque é um atropelo geral”, lastimou.

Sem Estados e Municípios não tem como governar

O presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, disse que o pacto é a maneira que o Tribunal encontrou para colaborar com os governantes. “O Brasil precisa de diálogo, trabalhar conjuntamente, por isso a presença das confederações”. Nardes destacou que entidades, como a CNM, devem ser ouvidas para alcançar a boa governança. Após a abertura, Nardes apresentou o que



chama de gargalos do país, com base em dados do próprio TCU e dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs).

Cinco áreas foram tidas como prioritárias para a boa governança: Saúde, Educação, Infraestrutura, Previdência Social e Segurança Pública. Ao iniciar a apresentação, Augusto Nardes chamou a atenção do presidente em exercício, Michel Temer, que “sem os Estados e os Municípios, não tem como administrar o país”. E aos gestores ele aconselhou: “Cada um deve saber o que está acontecendo nas secretarias e buscar indicadores. Às vezes, não se consegue fazer uma boa gestão porque não se sabe o que acontece lá”.

Entre as informações expostas pelo dirigente TCU, destacam-se: 64% dos hospitais brasileiros não têm capacidade para atender às emergências; nas escolas faltam 36 mil professores e boa parte dos que atuam não tem nenhum treinamento e capacitação para o cargo; 28% das polícias não dialogam entre si nos próprios Estados; o Brasil está com uma bomba-relógio nas mãos, pois a população está envelhecendo e a Previdência não tem estrutura para isso; 73% das obras ficam mais caras e atrasam consideravelmente pela falha no planejamento e nos projetos mal executados.

União entre os governantes

Em discurso, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), defendeu a transferência dos gastos e ações da Casa Legis-

Boa Governança em evento do TCU

lativa. “Instituímos o voto aberto sobre decisões da perda de mandato e de vetos. A sociedade está mais atenta ao cenário político. Transparência é requisito obrigatório.”

Michel Temer esteve presente na abertura do seminário e classificou o pacto como a reunificação de esforços para o bem comum. Ele indicou que, em um país democrático, a oposição deve ajudar o governo. “Esta é a ideia jurídica de oposição”. O presidente afirmou que o Brasil vive um momento “político-administrativo” depois das eleições, e que o governo federal espera a união de todos para governar o país.

PROPOSTAS MUNICIPALISTAS

Também durante o evento, a CNM entregou às autoridades e aos demais participantes uma seleção de *Propostas Municipalistas – aos eleitos 2014*. A publicação é uma espécie de pauta onde o movimento municipalista aponta o que precisa ser feito pelo Executivo federal e o Congresso Nacional, no sentido de ajudar os Municípios a fazerem um bom governo. Um exemplo é assegurar a complementação da União para o pagamento do piso nacional do magistério.

Além da CNM, também foram parceiros do Tribunal de Contas da União (TCU): a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação Nacional de Serviços (CNS), a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum dos Conselhos de Fiscalização Profissional.



Diálogo Municipalista

Mesmo com plano de resíduos, Municípios enfrentam problema

Mesmo sendo referência na elaboração dos Planos Municípios de Resíduos Sólidos, os Municípios do Amazonas também estão com problemas por causa da Política Nacional de Resíduos Sólidos – instituída pela Lei 12.305/2010. Como o governo estadual não concluiu o plano estadual, ainda não está definido o que é resíduo reciclável no Estado. Além disso, o elevado custeio de manutenção de um aterro sanitário, a falta de recursos e a distância territorial entre eles para instituição de consórcio são dificuldades que causam preocupações aos prefeitos.

Durante abordagem do assunto no *Diálogo Municipalista* em Manaus, a equipe técnica da Confederação informou: “resíduos cuja responsabilidade de coletar e destinar à logística reversa não é do Município”. Assim, o setor empresarial deve fazer o recolhimento de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; de pilhas e baterias; de pneus; de óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

“A cadeia que mais impacta os Municípios é a de embalagens em geral, pois corresponde à grande proporção dos resíduos domiciliares. Enquanto não há efetividade da Logística Reversa, os Municípios arcam com as despesas e penalidades”, esclareceu a apresentação feita no final da tarde do dia 30 de outubro.

A lei determina a implantação de aterros sanitários, e os aterros controlados não os substituem. Nesse sentido, o conselho da Confederação é de que os Municípios não gastem recursos com essa medida, pois ela não garante o cumprimento da norma. Entre as sanções previstas para o não cumprimento dessa lei estão: responsabilização por improbidade administrativa e ação de responsabilidade civil e criminal.

O primeiro dia do *Diálogo Municipalista* com agentes municipais amazonenses terminou com orientações e alerta sobre a legislação e problemas dos resíduos. O evento se encerrou no dia 31 de outubro.

Diálogo Municipalista

Amazonas reúne prefeitos e vereadores na capital

O *Diálogo Municipalista* no Amazonas reuniu prefeitos e vereadores na capital – Manaus. No dia 30 de outubro, os gestores municipais do Estado prestigiaram o evento promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em parceria com a Associação Amazonense de Municípios (AAM). Na ocasião, o prefeito de Boca do Acre e presidente da AMM, Antônio Iran, falou da necessidade de reformulação do pacto federativo.

Segundo o presidente da AMM, os Municípios caminham para um colapso. “Tivemos muitas obrigações municipalizadas passadas do governo federal para os Municípios e estamos em uma situação financeira muito difícil”, disse o representante estadual. Ele contou que a arrecadação financeira com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) é que tem segurado um pouco o quadro de crise financeira, porém, se uma medida para resolver esse problema não for tomada, as prefeituras vão quebrar. Iran resume: “aqui, nós já estamos com a água no pescoço”.

Durante o encontro, foi abordado o atual texto do Projeto de Lei 559/2013, que tramita no Congresso Nacional e recebeu algumas sugestões da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo a consultora jurídica da CNM, Elena Garrido, o assunto deve ser acompanhado pelos administradores municipais. Isso porque o PL também

permite a utilização eletrônica para licitações de obras e serviços de engenharia de até R\$ 1,5 milhão e para compras e serviços de até R\$ 150 mil. Só essa mudança já vai promover bastante agilidade no processo de compras das prefeituras. Justamente por isso, a CNM fez sugestões ao texto e acompanha a tramitação da matéria.

Além de informações sobre o Projeto 559, outro assunto despertou atenção dos participantes do encontro: a Lei 12.994/2014, que regulamenta a profissão dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias e institui o piso salarial de R\$ 1.014 para as duas categorias. Sobre esse assunto, o prefeito de Presidente Figueiredo, Neilson Cavalcante, questionou o repasse desses recursos e disse que não atende à demanda. A orientação para ele, e para os demais prefeitos, é para que aguardem a publicação do decreto regulamentador da legislação.

Outro motivo mencionado foi: atualmente, as prefeituras recebem recursos apenas para o pagamento dos agentes comunitários de saúde, mas o piso é o mesmo para as duas categorias. Os gestores tiraram dúvidas sobre os assuntos e também foram informados sobre outros projetos de interesse comum que aguardam deliberação e as atuais conquistas da CNM no Congresso.

Diálogo Municipalista

Gestores buscam orientações sobre os atuais problemas da gestão municipal

Durante palestra que tratou dos Fundos de Participação dos Municípios e de Desenvolvimento da Educação Básica (FPM e Fundeb), os gestores amazonenses fizeram a mesma pergunta à equipe técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), diversas vezes. O questionamento foi: qual a solução para os atuais problemas da gestão municipal. Eles se preocupam com as possíveis sanções e responsabilizações a que estão sujeitos, caso não consigam cumprir com as determinações legais. O pagamento do piso salarial dos professores e o fim dos lixões estão entre essas obrigаторiedades.

A expectativa do movimento municipalista é a de que o Supremo Tribunal Federal (STF) conceda decisão favorável à nova distribuição dos *royalties*. A demora da corte para apreciação da matéria fez com que os Municípios da região Norte do país deixassem de receber R\$ 60 milhões, e o governo estadual, R\$ 100 milhões. Outra fonte de recursos que pode amenizar a sobrecarga financeira das prefeituras seria a alteração da lei que trata da tributação do Imposto sobre Serviços (ISS). A proposta de mudança está em tramitação no Congresso Nacional, e as sugestões da CNM para medida foram apresentadas.

Segundo palestra de representante da entidade, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 168/2014 pode gerar receita extra de pelo menos R\$ 6 bilhões por ano às prefeituras. As modificações devem incluir novas atividades à lista de cobrança do tributo. A CNM também defende o fim da tributação diferenciada da sociedade de profissionais; o recolhimento do imposto das atividades das administradoras de cartão de crédito no local em que está o domiciliado e o tomador de serviços; e a alteração do recolhimento de *leasing* — arrendamento mercantil.

Gestão contábil e administrativa

Implantação da nova Contabilidade e do Controle Interno foram outros dois assuntos debatidos com os participantes. Segundo apresentação da CNM,



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

os novos parâmetros contábeis serão obrigatórios a partir de 2015. E, para promover a adequação das prestações de contas, as prefeituras devem ter conhecimento da contabilidade municipal e das mudanças que devem padronizá-las. Além dessa ação, a obrigatoriedade constitucional de implantar o Controle Interno foi tema abordado no encontro.

“Adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCasp) serão obrigatórios já na prestação de contas de 2014”, destacou a apresentação da equipe técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Assim, com base nas novas exigências, a coleta de dados será por meio do novo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi).

Sobre o controle Interno, o tema foi iniciado com a seguinte afirmação: “é um avião que está pronto para decolar, mas ainda não decolou”. O consultor técnico da CNM, Silmo Streit, abordou o tema e explicou que esse controle ainda não alçou voo, porque mexe com toda a estrutura da administração.

Atentos, os agentes municipais ouviram as orientações para que consigam implantar o controle sem se comprometer com o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Um sistema de controle interno, desenvolvido de acordo com os apontamentos da administração municipal, pode trazer à tona os problemas da administração municipal, por isso, segundo representante da Confederação, o gestor deve instituí-lo para ser um aliado.

“Sobre o olho da governança, temos hoje duas situações quanto ao controle interno: o prefeito o mantém de fachada por não ter interesse de através do Controle Interno mostrar as falhas ocorrentes em sua gestão ao Tribunal de Contas, tendo a consequência das penalidades pela inoperância. Ou o mantém atuante e robusto e ajuda o Tribunal de Contas a penalizá-lo por encontrar as falhas ocorrentes na gestão, tendo como consequência o atendimento legal”, salientou a apresentação do representante da Confederação.

Diálogo Municipalista

Bahia: a dificuldade da Política de Resíduos Sólidos

Desafios. Essa é a palavra que permanece na cabeça dos gestores municipais quando o assunto é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). E foi assim que começou o *Diálogo Municipalista* baiano, no dia 12 de novembro. Centenas de gestores não apenas da Bahia, como de vários Estados do Nordeste, participaram do evento.

Na ocasião, o consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Eduardo Stranz abriu a palestra com um mapa que mostra como o descarte de resíduos é feito nas cidades brasileiras. Aproximadamente metade ainda utiliza o lixão. Um número expressivo, uma vez que o Brasil é composto por 5.568 Municípios.

O grande desafio é fazer essa transição. O consultor explica que há algumas medidas impostas pela lei e que devem ser executadas pelos gestores municipais. Eliminar os lixões e os aterros controlados para dar lugar à implantação do aterro sanitário é apenas uma delas. Além disso, os Municípios também devem elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e implantar a coleta seletiva.

A enorme quantidade de obrigações e a falta de recursos para executar as políticas gera indignação nos gestores nordestinos. “Essa questão do lixão é muito séria. Eu na condição de gestor inclusive estou sendo punido com multa pessoal e respondendo por crime de improbidade. Só que o Ministério Público não aceita o argumento do consórcio porque diz que isso é um problema individual de cada prefeitura”, argumentou o prefeito de Parelhas (RN), Francisco Medeiros. Uma das críticas do gestor diz respeito à legislação. “A gente tem uma legislação criada só para punir o menor, o ente federado. Então nós ficamos em uma situação difícil”, lamentou.

O QUE NÃO É ATRIBUIÇÃO MUNICIPAL

Outro ponto destacado no encontro foi a logística reversa. Muitos gestores admitiram implementar a medida. Porém, conforme previsto na Lei 12.305/2010, a responsabilidade não é do Município. Pelo contrário, “quem deve estruturar e implementar os sistemas de logística reversa são os fabricantes, importadores e comerciantes de produtos como embalagens, pilhas, pneus e outros”.

O mesmo vale para quando o assunto diz respeito aos resíduos de construção civil. Apesar de não estar explícito na PNRS, a coleta, o transporte e a destinação final adequada desse material são de responsabilidade do gerador. A determinação consta da Resolução Conama 207/2002.

Entretanto, vale lembrar que algumas cadeias de logística reversa já estão regimentadas e cabe ao gestor apenas fiscalizá-las. É o caso das embalagens de agrotóxicos, pneus, óleo lubrificante usado, pilhas e baterias.

O que fazer

Para auxiliar os gestores a lidar com a questão, a CNM elencou algumas recomendações:

- nem sempre um resíduo que pode ser reciclável tem viabilidade econômica para ser destinado à reciclagem. Por exemplo, tecido, couro, copos descartáveis e isopor não são viáveis em Municípios pequenos e distantes dos grandes centros comerciais;
- a coleta seletiva em quatro cores é desnecessária e onerosa para os entes. A separação dos resíduos pode ser feita entre lixo seco e lixo orgânico;
- o lixo orgânico deve ir para a compostagem, e o lixo seco, para análise do que pode ser reciclado;
- somente aquilo que não puder ser aproveitado deve ser destinado aos aterros sanitários.



Diálogo Municipalista

Mineiros não aguentam mais “fazer mágica com o orçamento municipal”

Assim como ocorre em diversos Estados brasileiros, a apreensão com o cenário econômico tem sido constante em Minas Gerais. E não resta outra saída a não ser “enxugar” o já apertado orçamento municipal. É o que afirmaram os gestores mineiros antes da abertura do *Diálogo Municipalista* na região.

O depoimento do prefeito do Município de Pitangui, Marcílio Valadares, retrata como a situação é dramática. “Eu tenho deixado de prestar serviço à comunidade para poder cumprir com as despesas”. A cidade tem enfrentado dificuldades especialmente na área da Saúde. O orçamento estreito dificulta o fornecimento de medicações à população.

Com pouco mais de quatro mil habitantes, Juramento também enfrenta corte de gastos. Em entrevista à *Agência CNM*, o prefeito Wendel Souza infor-



Ag. CNM

mou que alguns dos setores mais prejudicados pela crise são a Educação e a Saúde. Como resultado, o gestor tem buscado diminuir os gastos com pessoal. E, como ele sinaliza, os projetos de infraestrutura ficam em segundo plano. As ações estão sendo feitas apenas para manter a máquina pública. “Não dá mais para fazer mágica com o orçamento municipal”, enfatiza.

Faltam pouco mais de dois anos para encerrar o mandato, e os gestores precisam começar a se planejar. Com muitas responsabilidades e pouco recurso em caixa, as expectativas não são animadoras. “Me restam dois anos de mandato e eu preciso fechar as contas porque existem questões que vão cair no colo da gente no ano que vem. [...] Preciso saber como eu posso me planejar para o próximo ano”, comenta a prefeita de Claro dos Poções, Maria Duarte.

Convênio CNM Sebrae

Sebrae: dicas de como os Municípios podem agregar valor

Como parte do *Diálogo Municipalista* mineiro, os gestores também puderam conferir no final da tarde de segunda-feira, 10 de novembro, uma palestra sobre a importância de divulgar as atividades principais dos Municípios e estimular a economia local. O tema foi abordado por um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), uma das empresas parceiras da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Na ocasião, o palestrante abordou uma situação presente no cotidiano de quase todos os Municípios: “um empresário, ao chegar na cidade que ele não conhece, uma das primeiras coisas que faz é buscar na internet sobre hotéis, opções de lazer. Porém, se as informações não estão lá, é como se os estabelecimentos não existissem”. Acrescentou que muitas vezes os Municípios deixam de divulgar essas informações, o que pode resultar em perdas financeiras.

A dica é que os gestores municipais vejam as suas cidades como marcas e desenvolvam estratégias que promovam a região. Assim, como o Estado de Minas Gerais é conhecido por ser “a terra do pão de queijo”, os Municípios devem possuir a própria identidade.

Como o representante do Serviço explica, uma das formas de se fazer isso é “identificar as cadeias de valor no Município”. Ou seja, os ramos de atividade que podem ser incentivados e alavancuem a economia. Ele sugere que os investimentos sejam realizados nessas áreas já existentes no lugar de tentar buscar um novo segmento. “Para que atrair novas empresas, fazer tudo de novo se você já tem na cidade algo que você pode complementar?”, reflete.

Além disso, o palestrante lembrou aos munícipes a importância de estar presente na internet. “A plataforma reúne milhares de pessoas ao redor do mundo, e o conteúdo pode ser acessado facilmente”.



Ag. CNM

Diálogo Municipalista

CNM reúne gestores paraenses e orienta sobre LRF

Atender a todas as demandas da população, mesmo com redução dos recursos financeiros, é um desafio comum dos atuais gestores municipais. Para debater esse e outros assuntos de interesse das prefeituras, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu o *Diálogo Municipalista*. No Pará, o encontro ocorreu em Belém, nos dias 28 e 29 de outubro, com representantes de diversas regiões.

Na ocasião, os participantes receberam orientações sobre a Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal (LRF) 101/2000 e o último ano de mandato, mudanças na lei de licitações e o piso salarial de agentes comunitários. Em relação à LRF, planejamento foi a orientação básica para o cumprimento da norma e para evitar problemas com a justiça. “Sempre que for repassar recursos para setor privado, tem de se aprovar lei específica que indique a finalidade, a forma de transferência e a prestação de contas”, informou a assessora jurídica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Elena Garrido. Ao mencionar o princípio constitucional da legalidade, a especialista chamou a atenção para o que a lei diz sobre a transferência de verba para o setor privado.

Ainda sobre este tipo de repasse, Elena chamou a atenção dos representantes municipais para a prestação de contas dessas transferências, pois o recurso não pode ser usado para o pagamento de pessoal. Se assim o for, configura gastos com pessoal e passa a ser contabilizado no percentual estabelecido pela lei – limite que não pode exceder a 60% da Receita Corrente Líquida do Município, contanto com o gasto do Legislativo.

Ao mencionar a questão de gastos com pessoal, a prefeita de Itaibuta, Eliene Nunes, que participou do debate, falou de sua realidade e aproveitou para reforçar: “não dá para tratar todos os Municípios da mesma forma”. A gestora de um dos Municípios mais populosos do Estado, com 73 mil habitantes, contou que está praticamente impossível manter as contas dentro dos limites estabelecidos pela LRF. “Estamos sempre com o percentual de gasto com pessoal extrapolado”, disse com preocupação.

Já o prefeito de Mauaná, Murilo Guimarães, questionou sobre a contratação de professores substitutos para alunos da educação básica, que também é uma necessidade comum e causa o extrapolamento do limite de gastos. A indagação geral foi o que deve ser feito: atender à necessidade social ou cumprir com as determinações da legislação?

“Evitar novas despesas para não deixar restos a pagar” foi outro conselho dado aos gestores. De acordo com a consultora, não dá para inventar nada que não fique totalmente pago, ou que fique com recursos em caixa para quitação. “Não inventem pegar emendas parlamentares no último ano de mandato para não ficarem com mais um problema”, alertou. Além disso, diversos outros aspectos da lei foram abordados e foram apresentados os apontamentos mais

comuns. Entre eles estão: falta de comprovação de realização de bens e serviços pagos e o pagamento de juros por atraso de contas de água, energia etc.

“O gestor público só pode fazer o que está expressamente autorizado em lei”, com a afirmação – usada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski – o debate foi encerrado.

Em relação ao piso salarial de agentes comunitários, a representante da CNM informou: “hoje vocês recebem recursos para o pagamento dos agentes comunitários de saúde, mas para os demais não recebem nada”. Ele lembrou os presentes que a legislação que regulamenta a profissão dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias entra em vigor este ano e institui o piso salarial de R\$ 1.014. A orientação para os gestores foi clara: aguardar a publicação do decreto de regulamentação.

Além disso, a consultora menciona outros motivos para que a administração municipal só faça a adequação após a regulamentação. Entre eles: o piso é o mesmo para as duas categorias; ele é obrigatório apenas para aqueles que cumprem 40 horas semanais, é específico para prestação de serviços da Saúde, e a lei orçamentária vigente não previu essa despesa.

“As funções burocráticas e administrativas não têm direito ao piso. Ele é apenas para quem está na função direta”, alertou a especialista, ao esclarecer que a União deve repassar 90% do valor, mas isso só será concretizado a partir de decreto do Poder Executivo federal, em que serão fixados os parâmetros para quantidade de contratações. Segundo a apresentação feita, os gestores ainda não sabem se vão poder permanecer com a mesma quantidade de pessoal, e o governo federal vai repassar os recursos apenas para a quantidade estabelecida pelos critérios.

Mesmo com a possibilidade de alteração da lei orçamentária municipal a qualquer momento, o conselho da CNM é para que “preparem o orçamento do ano que vem já com essa previsão, porque, após a publicação da regulamentação, o pagamento do piso será obrigatório”. O histórico de como a atividade começou e sua evolução até que a função assistencial se transforma em profissão foi contada aos presentes.

E, sobre a lei de licitações, em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei (PL) 559/2013, que modifica as atuais regras para licitações públicas, foi apresentado. Se o PL for aprovado da forma como está hoje, a utilização da cota eletrônica para licitações de obras e serviços de engenharia será de até R\$ 1,5 milhão e a de compras e serviços de até R\$ 150 mil. “Isso é uma ampliação considerável que melhora o trabalho das administrações”, disse a consultora da CNM. Ela também mencionou a implantação de um catálogo eletrônico que deve auxiliar os gestores em suas aquisições.

Diálogo Municipalista

Royalties: uma longa espera

Os Municípios do Pará deixaram de receber R\$ 114 milhões de *royalties*, e o governo, R\$ 220 milhões. Isso porque a lei que estabelece a distribuição igualitária desse recurso entre as prefeituras aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). As receitas municipais também poderiam ser melhoradas se o Congresso Nacional aprovasse projetos como o que aumenta em 1% o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o que trata da atualização do Imposto sobre Serviços (ISS).

As informações e os números mencionados acima são da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Eles foram apresentados durante encontro com gestores municipais, em Belém do Pará, durante o *Diálogo Municipalista*. Os agentes municipais do Estado também receberam orientações sobre a sazonalidade do FPM e o pagamento do piso salarial do magistério.

Em relação à instabilidade dos repasses do Fundo, o conselho da Confederação é para que os gestores tenham cautela, pois o FPM tende a crescer nos primeiros meses do ano, mas o valor repassado diminui e só volta a aumentar nos três últimos meses do calendário. Já o debate sobre reajuste do piso dos professores da educação básica começou com uma explicação detalhada de como funciona o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Na ocasião, foi destacado: “o Fundeb não recebe recursos da União, ele é formado por recursos dos Fundos municipais e estaduais. Há uma complementação prevista, mas apenas nove Estados recebem”.

De modo geral, os participantes receberam as informações com preocupação. Isso porque, para o próximo ano, o reajuste salarial do professor vai ser de 13%, e o valor será de R\$ 1.918. Os participantes foram informados sobre o projeto de lei, em tramitação no Congresso, que altera os critérios de reajuste salarial da categoria.

Além disso, as mudanças promovidas na Contabilidade pública também fizeram parte da apresentação. A partir de 2015, as prefeituras devem ter os novos parâmetros implantados e, apesar de a CNM ter conseguido prorrogar por três vezes o prazo-limite dessa obrigatoriedade, o período para adequação termina agora. Para não ter apontamentos no tribunal de contas, a Confederação volta a lembrar: a contabilidade municipal deve ser feita por servidor estatutário, obrigatoriamente.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Ficou claro no evento que diversidade regional dificulta o cumprimento da Lei 12.305/2010 – regulamentada pelo Decreto 7.404/2010. Como resolver o problema dos resíduos sólidos em um Estado com realidade regional tão distinta do restante do país, principalmente em relação à expansão territorial? Esse questionamento ficou bastante evidente. “A gestão de resíduos na Amazônia é totalmente diferente da do restante do país”, mesmo assim, a legislação que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos não observa as peculiaridades e define as obrigações comuns aos Entes.

As prefeituras ficaram responsáveis por elaborar Plano Municipal de Resíduos Sólidos; eliminar lixões e aterros controlados; implantar aterro sanitário; estruturar o sistema de coleta seletiva e compostagem; articular o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Os Municípios que ainda não conseguiram atender a todas essas obrigatoriedades estão correndo riscos de serem responsabilizados administrativamente e criminalmente. Porém, a CNM tem esclarecido aos gestores municipais que a lei também estabeleceu responsabilidades para União e para os Estados. E mesmo que nenhum dos outros Entes tenha cumprido com o seu papel, o único responsabilizado é o prefeito.

Para não ser lesado e assumir responsabilidades além de suas obrigações, os prefeitos devem conhecer as determinações estabelecidas pela lei para cada Ente, alerta a CNM. “O recolhimento de embalagens recicláveis, como garrafa pet, não é responsabilidade dos Municípios”, exemplificou a equipe técnica da entidade durante o encontro. Nesse caso, trata-se de logística reversa, e o recolhimento desse tipo de resíduo deve ser feito pelo setor empresarial.

Nesse sentido, as conquistas da CNM de apresentação de projeto para prorrogação do prazo para o fim dos lixões e a aprovação de maior prazo para consulta pública do acordo setorial de logística reversa e sobre embalagens em geral foram mencionados. Outro caso citado como exemplo foi sobre os resíduos de construção civil. “Apesar de não explicitado na lei, a coleta, o transporte e a disposição final adequada são de responsabilidade do gerador e não do Município”. Esse gerenciamento foi regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) 307/2002.

Aspectos regionais da área também foram abordados, e, em resumo, os prefeitos buscam uma solução para o problema, já que não podem queimar lixo reciclável e não conseguem estabelecer consórcios por causa da distância entre os Municípios. No entanto, os gestores foram informados de que em outros Estados a situação também é grave.



Ag. CNM

Diálogo Municipalista/Sebrae

Empresas parceiras do de

“As micros e pequenas empresas são responsáveis por 90% da economia do país, por isso, devem ser vistas como parceiras do desenvolvimento Municipal”. A afirmação foi feita pela analista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ely Leal, durante o *Diálogo Municipalista* em Belém (PA). Na tarde do dia 28 de outubro, a representante do Serviço falou sobre a Lei Complementar 123/2006, conhecida como Lei Geral, e suas características de desburocratização e estímulos ao desenvolvimento.

Segundo Ely, muitos Municípios já regulamentaram a norma, mas poucos implantaram suas ações na prática. Segundo a analista, dos 100 Municípios do Estado, 44 estão com a legislação regulamentada. Ela pondera, ainda, que promover o ambiente de promoção aos pequenos negócios é uma obrigação da prefeitura. “Trata-se de um casamento entre a micro e pequena empresa e a prefeitura. Para ser regulamentada, a pequena empresa precisa da prefeitura, então, porque não fortalecer aqueles que geram renda no mercado local?”, ponderou.

Durante evento com gestores municipais – *Diálogo Municipalista* –, a representante do Sebrae disse que uma legislação favorável às pequenas empresas é uma forma de garantir recursos, pois só contribui com seus impostos aqueles que são formalizados. “Todos os Municípios têm micro e pequenas empresas, mas nem todos possuem empresas grandes e médias”, falou diversas vezes durante sua apresentação. Por isso, segundo Ely, os prefeitos devem incentivar os pequenos negócios como parceiros para geração de emprego, de economia e de renda.

Sobre ações que promovam as pequenas empresas, o prefeito de Paragominas, Paulo Tocantins, contou da iniciativa de sua gestão. Para promover igualdade de oportunidades entre as empresas locais, a prefeitura criou em seu portal um espaço destinado à publicação de editais de compras. Assim, sempre que há uma aquisição de pequeno valor, a prefeitura divulga a necessidade de aquisição e os pequenos negócios cadastram em sigilo suas propostas.

Durante o encontro, os ricos em relação às pressões internacionais do mercado financeiro também foram abordados. Segundo a analista, a instabilidade do mercado financeiro não afeta tanto os pequenos negócios, eles conseguem subsistir a esse efeitos e não promovem demissões em massa.

“O Sebrae é parceiro do Município”, com essa afirmação a analista encerrou sua participação no encontro promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).



desenvolvimento municipal

Sebrae apresenta números sobre a regulamentação dos pequenos negócios durante Diálogo Municipalista

A parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem expandido a cultura da valorização dos pequenos negócios. No início da tarde do dia 30 de outubro, representante do Sebrae mostrou aos gestores municipais amazonenses números do crescimento das

micro e pequenas empresas nos Municípios do Estado e fez alertas para a futura fiscalização da implantação da Lei Geral 123\2006 nas prefeituras.

No Amazonas, 43,5% dos Municípios já estão com a legislação regulamentada, mas diversas prefeituras ainda não desenvolvem ações que visam ao fortalecimento dos empreendimentos locais. “Muitos ainda estão com a lei no papel, e o nosso desafio é fazer com que ela saia do papel e passe a ser implementada”, disse o analista da Unidade de Políticas Públicas do Serviço no Estado, Evanildo Malcher Pantoja, durante apresentação no *Diálogo Municipalista*. A palestra com o tema “As Compras Governamentais, um vetor para o desenvolvimento local” mostrou que 52% dos empregos formais são vinculados às micro e pequenas empresas.

Segundo o representante do Sebrae, outro desafio é incluir o de-



desenvolvimento econômico entre as prioridades da gestão municipal, assim como as áreas de Saúde, Educação, Infraestrutura e Segurança. Para isso, ele apresentou dez passos para o desenvolvimento local. Entre eles: preparação, apoio à formalização e à inclusão dos pequenos negócios nas compras municipais.

“Estamos com desafio de fazer com o que o desenvolvimento econômico seja também prioridade, pois está comprovado que, se a economia dos Municípios vai bem, o cenário de vida da população muda”, destacou Pantoja durante palestra que fez parte dos trabalhos do *Diálogo Municipalista* promovido em Manaus.

As prefeituras já compram um volume por mês, salientou o representante do Serviço. Ele continuou: “o Sebrae agora quer capacitar os pequenos empresários para que participem das licitações municipais”. Pantoja alertou que, a partir do ano que vem, os Tribunais de Contas vão começar a cobrar o cumprimento da legislação nas prefeituras. “Hoje, estamos orientando e mostrando a importância da lei; a partir de 2015, os tribunais vão cobrar o cumprimento dela”, ponderou.

Os objetivos do Milênio

Com um vídeo sobre os Objetivos do Milênio (ODM), as metas mundiais estabelecidas para promoverem melhorias sociais foram apresentadas. No Brasil, os Objetivos são conhecidos pelo seguinte slogan: Oito Jeitos de Mudar o Mundo.

No Pará, participam da iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) representantes de Municípios, da sociedade civil organizada e a Federação das Associações dos Municípios do Pará (Famep). Esses objetivos começaram a ser tratados em 2003, e, para melhorar a média alcançada pelo Brasil, foi proposta a municipalização dos Objetivos — que é incentivar os prefeitos a desenvolverem programas e ações no âmbito das propostas estabelecidas nos ODM, com metas estabelecidas pela administração local, com base

na realidade regional.

Ao assumir essa demanda, os Municípios estabelecem as iniciativas e os prazos para alcance, e se atingidas, recebem um certificado do governo federal. Um exemplo disso é Barcarena (PA). A prefeitura foi bem-sucedida em suas metas e foi considerada um exemplo da municipalização na região Norte.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apoia a iniciativa e lançou uma publicação para auxiliar as prefeituras nessa municipalização. A representante dos ODMs no Pará, Patrícia Menezes, destacou em sua apresentação a participação da Confederação nessa ação e informou que o Brasil é considerado um exemplo mundial de alcance das metas dos Objetos.

Observatório dos Desastres Naturais

Nordeste deve compor Grupo de Trabalho da crise hídrica



Prof. Palmares/PE

É tema frequente nos jornais e nas ruas: Municípios do Estado de São Paulo sofrem com falta de água. Moradores chegam a passar dias sem abastecimento, e o racionamento é realidade até que o Sistema Cantareira e outros da região voltem à normalidade. Para debater estratégias de enfrentamento a este problema, o governo federal criou um Grupo de Trabalho com representantes paulistas. No entanto, a seca tem atingido também regiões do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Por causa disso, o governo decidiu expandir este GT e incorporar mais estes dois Estados. Até aí tudo bem. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) acompanha diariamente e noticia boletins sobre a Situação de Emergência e o Estado de Calamidade provocados pela seca e pela estiagem prolongada. Recebe depoimentos de prefeitos e promove estudos em relação a esta questão. É exatamente por isso que a CNM chama a atenção para a extensão não só aos Municípios fluminenses e mineiros, mas também aos nordestinos.

Há anos a Confederação tem alertado as autoridades para os problemas causados pela seca, sejam eles ambientais ou sociais. Esta questão foi tema, inclusive, de painel temático nas duas últimas *Marchas a Brasília em Defesa dos Municípios*, em 2013 e 2014. O movimento municipalista, em especial as associações do Nordeste e parte de Minas Gerais, se mobilizaram para angariar recursos e ajudar a sofrida população.

Para se ter uma ideia da dimensão do problema no Nordeste, a CNM usa dados de 2013 e 2014 compilados pela própria entidade. Só este ano, 1.314 Municípios de todo o Brasil foram afetados pela seca. Deste total, 1.160 são nordestinos — isso corresponde a mais de 88%. Em relação aos prejuízos financeiros, as informações também são lamentáveis. Em 2013, foram perdidos R\$ 18,5 bilhões, com mais de 1.400 Municípios afetados.

Emergência nos 12 meses do ano

A crise hídrica em Municípios paulista é tida como Calamidade Pública ou Situação de Emergência. Mas a CNM ressalta que esses “reconhecimentos” chegam a durar o ano inteiro no caso de Municípios nordestinos. A análise técnica da CNM lembra que a seca é um problema crônico. E, diante da gra-

vidade, os governos municipais pedem a prorrogação toda vez que a vigência do decreto de anormalidade expira. A autoridade local renova ou publica novo decreto para dar entrada ao pedido de reconhecimento federal.

Programas de combate à seca

Para a CNM, as dificuldades com a seca poderiam ser enfrentadas de maneira mais eficaz. No entanto, o governo federal insiste em aplicar milhões de reais em programas ineficientes e ineficazes. O investimento em pesquisas que apontem soluções definitivas ao problema de abastecimento, no mínimo, é mal aproveitado ou executado, lamenta a Confederação.

Os gastos deveriam ser, na visão da entidade, em infraestrutura, criação e construção de sistemas de adutoras como açudes, barragens e reservatórios. Um exemplo é a implementação de cisternas. Se não há chuvas, não tem como captar água.

Dados divulgados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Secdec) mostram que a União e os Estados atendem, atualmente, a 887 Municípios do Nordeste e do Norte de Minas Gerais por meio da Operação Carro-Pipa (OCP). Só em 2013, a OCP custou mais de R\$ 726 milhões. De 2012 a março de 2014, este programa custou aos cofres públicos mais de 1,35 bilhão. Por isso, a CNM chama a atenção por ser um programa extremamente caro, mas que não resolve a questão.

Investimentos necessários

O programa “Água para Todos” é outro exemplo de má aplicação. Houve atrasos que quase impossibilitaram a continuação da implantação das cisternas de polietileno, devido ao alto custo e à baixa qualidade do material. Elas não oferecem possibilidade de conserto, podem ter estrutura derretida, pois são vulneráveis, e causam o superaquecimento de água.

Uma cisterna de placas de cimento custa em média R\$ 2,2 mil, incluindo o material de construção e todo processo de mobilização e formação. Uma cisterna de polietileno custa R\$ 5 mil, só com equipamento e instalação. Se fizermos as contas, 300 mil cisternas de polietileno custam aos cofres públicos R\$ 1,5 bilhão, enquanto que o mesmo número de cisternas de placas custa R\$ 660 milhões.